

# **A OCUPAÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA: OCUPAR PARA DESINTEGRAR**

Domingos Savio da Cunha Garcia<sup>1</sup>

As duas primeiras décadas da República presenciaram um acelerado processo de ocupação de terras por estrangeiros na fronteira do Brasil com a Bolívia, na parte pertencente ao antigo estado de Mato Grosso. Essa região, de difícil acesso, com escassa presença do Estado na época e situada na interseção das bacias do Prata e Amazônica, esteve no centro de ações de estrangeiros, principalmente de belgas, estes com larga experiência na questão colonial.

No quadro da geopolítica internacional do período e das condições de crise política e econômica vivida pelo Brasil nos primórdios da República, com repercussões inclusive em Mato Grosso, este trabalho procura mostrar que esse processo de ocupação territorial por estrangeiros no oeste tinha uma envergadura tal que ultrapassava os limites de uma simples ação econômica e se cobria de interesses comerciais tendo em vista abrir caminhos para uma ação política.

Por outro lado procuramos recuperar alguns elementos históricos referentes à ocupação do oeste, particularmente no período colonial, destacando a atração representada pela idéia da transposição das bacias Amazônica e Platina e a construção mitológica da "Ilha Brasil" como fator de estímulo à presença estrangeira na fronteira oeste.

1- A ocupação da região oeste do território colonial português na América, constitui um dos temas de recorrente reflexão por parte da historiografia sobre essa região. Essa contínuo debate que se realiza sobre o assunto, talvez tenha relação com o fato de que envolva elementos fundamentais para a geopolítica da região, com traumas que envolvem acontecimentos em tempos não distantes e que deixaram marcas profundas em nossa história. Dentre esses acontecimentos podemos destacar a Guerra do Paraguai e a chamada "Questão do Acre".

Sérgio Buarque de Holanda, um dos mais importantes historiadores brasileiros, dedicou parte importante de seu trabalho à discussão sobre o oeste ou, para ser mais preciso, sobre a expansão constante do território colonial português para o oeste, avançando sobre o território que, a princípio, deveria pertencer ao império colonial americano da Espanha.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Professor no departamento de História da UNEMAT; doutorando em Economia Aplicada (área de concentração em História Econômica) no Instituto de Economia da UNICAMP.

<sup>2</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed.. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Monções*. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

Um dos elementos que caracteriza as abordagens de Sérgio Buarque é a sua constante preocupação em limpar o terreno da discussão de toda conotação fantasiosa, procurando sempre desenvolver sua rigorosa análise baseada em documentos ou, se necessário, deixando o tema em aberto para que o debate vá dirimindo as dúvidas.

Nesse sentido, procura mostrar como a expansão para o oeste durante o período colonial, provavelmente foi resultado de uma combinação entre a ação consciente da metrópole portuguesa, planejada e cuidadosamente estimulada de um lado, e a atividade prática dos habitantes da colônia, realizada de forma inconsciente, mas sistemática e contínua. Procurando contornar os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, a ação consciente de Lisboa se desenvolveu avalizando a prática dos mamelucos de São Paulo.<sup>3</sup>

Sérgio Buarque chama atenção também para um fator talvez ainda menos lembrado no debate sobre a expansão portuguesa para o oeste sul americano: o desânimo com que os espanhóis teriam permanecido na região após a descoberta das minas de Potosi, desânimo esse que pode ter facilitado a ação dos portugueses da colônia.<sup>4</sup> Para o que nos propomos neste trabalho, é importante destacar o abandono, pelos espanhóis, de Xerez, um estabelecimento fundado na foz do hoje rio Miranda e impunemente destruído pelos mamelucos em 1632. Menos de um século depois, com a descoberta de ouro na região de Cuiabá e Mato Grosso, os espanhóis seriam obrigados a reconhecer o erro cometido.<sup>5</sup>

Outro destaque dado por Sérgio Buarque é para a discussão do mito da Ilha Brasil como elemento importante na conformação do imaginário geográfico de todo o período colonial e, dizemos nós, até o século XX.<sup>6</sup>

Segundo essa conformação mitológica haveria uma ligação aquática entre o sul e o norte do continente sul americano. As bacias do Prata e Amazônica estariam unidas a partir do lago de Xaraies (a grosso modo o atual Pantanal). Os rios Guaporé e Paraguai se interligariam próximo às suas nascentes e o continente sul americano poderia ser percorrido de norte a sul por essa via fluvial. O Brasil, situado à leste dessa via aquática, seria uma ilha, a Ilha Brasil.

Sérgio Buarque e outros pesquisadores procuram mostrar como essa mitologia serviu durante todo um período ao processo de construção de uma justificativa para o domínio territorial de Portugal sobre determinadas regiões que, pelos tratados da época (Tordesilhas, Madri), não lhe pertenciam. Serviu também como comprovação de uma suposta astúcia lusitana

---

<sup>3</sup> Ibid. Pp. 89-91.

<sup>4</sup> Ibid. Pp. 97-106.

<sup>5</sup> Ibid. P. 97.

<sup>6</sup> Idem. P. 93

em suas negociações com os espanhóis e que teria resultado em ganhos para o território que viria a ser o Brasil. E foi justamente a partir da posse continuada desses territórios que não lhe pertenceria a princípio, que os portugueses e, depois os governos imperial e republicano do Brasil, justificariam o seu domínio sobre eles. Para isso lançariam mão do princípio do *uti possidetis*.<sup>7</sup>

Mas esse mito da Ilha Brasil ganhou adeptos, principalmente na Europa, através dos viajantes que percorreram o Brasil, particularmente aqueles que o fizeram no século XIX. Demétrio Magnoli chama atenção para o fascínio que a transposição das bacias do Amazonas ao Prata provocava nos viajantes que por aqui passavam.<sup>8</sup> A questão da transposição estava no centro das preocupações dos construtores das justificativas para o domínio territorial do Brasil sobre territórios não demarcados na fronteira com a Bolívia e seria constantemente utilizada nas discussões sobre definições de fronteira que se sucederam daí em diante. O mito da Ilha Brasil marcava aí, sorrateiramente, toda a sua presença. Certamente esta construção geográfica também não deve ter passado despercebida pelos formuladores de uma nova ordem geopolítica internacional no período. Os viajantes europeus que por aqui passaram no período devem ter funcionado como o móvel com que, para o assunto, deve ter sido chamada a atenção de geógrafos, estrategistas e políticos europeus do período.

Construção de justificativas à parte, durante o período colonial Portugal tratou de estabelecer firmemente a sua presença naqueles pontos que julgava serem decisivos para garantir a sua presença na fronteira oeste. Seja através da fundação de cidades ou de fortes, estes como expressão mais clara do valor estratégico da ocupação da região, a segunda metade do século XVIII viu o oeste ser pontilhado por vilas, quartéis ou fortes que viriam estabelecer as bases materiais do domínio português naquela região. Rolim de Moura, após instalar a capitania de Mato Grosso, fundou Vila Bela, sua primeira capital; Luiz de Albuquerque fundou os fortes de Coimbra e Príncipe da Beira e as vilas de Albuquerque, Vila Maria e Casalvasco. Ambos firmaram o domínio português na região, de frente para o domínio espanhol. Se observarmos atentamente, o forte Coimbra, Albuquerque e Vila Maria estão localizados às margens do rio Paraguai mais ao sul; Casalvasco, Vila Bela e o forte Príncipe da Beira estão localizados às margens dos rios Barbado e Guaporé, mais ao norte. Na entrada sul da capitania, na região mais próxima de Assunção, de domínio espanhol, o forte Coimbra; na entrada norte, mais próximo das províncias espanholas de Moxos e Chiquitos, o forte Príncipe da Beira.

---

<sup>7</sup> Idem. Pp 93-96; MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa (1808-1912)*. São Paulo: Editora da UNESP; Moderna, 1997. Pp. 45-77.

A estratégia geopolítica determinada é evidente pois é justamente entre Casalvasco e Vila Maria que se localiza o terreno onde as bacias do Amazonas e do Prata teoricamente fariam a sua transposição, pela cabeceira dos rios Aguapeí, afluente do rio Jaurú e este do rio Paraguai, na bacia do Prata e do rio Alegre, afluente do rio Guaporé, na bacia Amazônica. A ação portuguesa estabeleceu o seu domínio total sobre essa região, seja pela ocupação militar, seja pelo povoamento, e procurou fecha-la aos espanhóis. Com isso tinham o controle dessa região estratégica.

Num período em que as vias navegáveis eram a via de transporte por excelência, o controle da região de transposição entre as duas bacias, localizada na fronteira, significava o efetivo controle sobre essa fronteira. Mesmo que tivesse que percorrer um pequeno trecho terrestre entre os rios Aguapeí e Alegre, ou que as cachoeiras do rio Mamoré impusessem dificuldades à navegação, as facilidades de circulação, nas condições de transporte da época, eram imensas e facilitavam muito o acesso e o domínio sobre a fronteira oeste. Particularmente porque na região sul da fronteira, na região do Prata, o acesso era controlado pelos espanhóis, enquanto ao norte, pela bacia Amazônica, o controle era totalmente português, desde a sua entrada, em Belém.

A fronteira oeste permaneceria então sob controle português e, após a independência do Brasil e das ex-colônias espanholas, passaria a ser motivo de constantes preocupações por parte do governo imperial. Essas preocupações estavam relacionadas ao fato de que o sul da fronteira oeste constituía o prolongamento da região platina, que demandava constante atividade diplomática e militar do Império.<sup>9</sup> No começo dos anos cinquenta do século XIX, o barão de Melgaço, presidente da província de Mato Grosso e militar de confiança do governo imperial, permaneceu por quase dois anos aquartelado com tropas brasileiras no forte Coimbra, na expectativa das negociações que estavam sendo realizadas com os governos argentino e paraguaio com vistas à livre navegação do rio Paraguai, fundamental para garantir o acesso rápido à província de Mato Grosso, cujo percurso por caminhos terrestres desde a Corte demorava cerca de quatro meses.<sup>10</sup>

A Guerra do Paraguai iria demonstrar a fragilidade da presença do Estado imperial na região sul da fronteira oeste: o sul de Mato Grosso permanecerá por quatro anos ocupado por

---

<sup>8</sup> Idem, Pp. 111-112.

<sup>9</sup> Sobre a ação diplomática do Império na região do Prata e suas consequências ver COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo. Hucitec; Campinas: Editora da UNICAMP: 1996. Pp. 73 -141.

<sup>10</sup> GARCIA, Domingos Savio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889). Uma província na fronteira do Império*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2001. (Dissertação de Mestrado). Pp. 45-46.

tropas paraguaias. Solano Lopes, dirigente paraguaio, reivindicava parte do território da região sul da província e essa reivindicação foi parte do contencioso que levou à guerra.

Ainda durante a Guerra do Paraguai, firmou-se acordo entre o Brasil e a Bolívia, abrindo o caminho para a demarcação da fronteira entre os dois países, de maior dimensão do que aquela com o Paraguai. Mais tarde, a ausência de um final efetivo nessa demarcação abriria caminho para um outro contencioso que teve desfecho importante na história do Brasil, e do qual falaremos mais à frente: a questão do Acre.

O período que vai do final da Guerra do Paraguai, em 1870, ao início do período republicano no Brasil, coincide com profundas alterações na geopolítica internacional. O período que termina, marcado pela defesa do livre mercado, da livre concorrência entre as nações, da defesa do ideário liberal clássico, da igualdade entre os povos e entre os homens, período que começa com a Revolução Francesa e com a Revolução Industrial na Inglaterra, vai dando lugar a um novo período, cujas características são o fim da livre concorrência, a busca por mercados exclusivos, pelo monopólio, a busca por colônias ou protetorados em outras regiões. O mundo entrava em uma nova era.<sup>11</sup>

As mudanças de regime de governo, com o fim da monarquia e o instalação da República, ocorrida em 1889, abriram um novo período na história do Brasil. Nos estreitos limites deste trabalho, chamamos atenção para o fato de que a conjugação dos elementos da situação internacional que rapidamente apontamos anteriormente com a nova situação política e institucional que se abriu com o regime republicano instalado no Brasil vão dar o pano de fundo para que a fronteira oeste seja, novamente, objeto de interesse por parte de outros países.

2- Daqui em diante vamos nos concentrar particularmente na questão da posse de terras por estrangeiros na região de fronteira com a Bolívia, que constitui o objeto deste estudo. Para isso procuraremos mostrar que esse processo é dado por uma combinação de fatores internos e externos, que se entrelaçam e terminam por gerar uma situação em aberto onde poderia ter se desenvolvido várias possibilidades, inclusive com a separação daquela região do Brasil.

Como sabemos, a posse da terra ou, para ser mais preciso, a posse de terras públicas, foi motivo de preocupações e iniciativas por parte do governo imperial que, de fato nunca teve qualquer controle do processo sistemático de apropriação de terras públicas ao longo de todo o Império. Nem a Lei de Terras de 1850 e seu regulamento de 1854 conseguiram tal intento. Com

---

<sup>11</sup> Uma discussão sobre as mudanças vividas entre o final do século XIX e o começo do século XX está em CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Ed.da UNB, Instituto de Relações Internacionais; São Paulo. Edições Imprensa Oficial de São Paulo. 2001. Ver ainda LENIN, V. I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

decisões centralizadas no governo central mas executada pelos governos provinciais, os efeitos da Lei de Terras de 1850 foram muito pequenos. Os proprietários ou posseiros de terras públicas procuraram sistematicamente boicotar a sua execução que tinha como primeiro passo uma iniciativa que cabia a eles: a demarcação das terras públicas por eles ocupadas.<sup>12</sup>

Com a Constituição de 1891 os estados assumiram a responsabilidade para legislar sobre a questão das terras públicas, o que caía bem aos interesses das oligarquias locais, sempre ávidas por mais e mais terras.<sup>13</sup> Essa transferência, para além de gerar uma certa euforia nos grandes proprietários, que agora tinham a possibilidade de se apossar de imensas áreas cujos títulos seriam legitimados por eles próprios, não significou a solução dos problemas, já que nem todos se sentiram compelidos a legalizar as suas terras e os prazos para as demarcações foram sendo sistematicamente prorrogados.

Para o que nos interessa, no entanto, queremos chamar atenção para uma mudança fundamental que essa transferência de competência para legislar sobre terras públicas produziu.

A Lei de Terras de 1850, nos artigos 82, 83, 84, 85, e 86, dizia que as terras públicas localizadas na fronteira (nas dez léguas contíguas à fronteira) somente poderiam ser vendidas a estrangeiros para o assentamento de colonos. Interditava portanto a estrangeiros o acesso a grandes áreas de terras nessa região.<sup>14</sup> Com a transferência para os estados essa restrição desapareceu, podendo os estrangeiros, a partir de então, ter acesso a terras públicas na fronteira, independente do tamanho da área, como qualquer cidadão brasileiro.

Essa alteração na legislação é importante porque irá permitir que grandes áreas de terras fosse compradas ou arrendadas por estrangeiros na fronteira oeste, o que estava interdito até então.

Um exemplo importante é o caso de Jaime Cibilis Buxaréu, egípcio naturalizado uruguaio, que adquiriu, em 1881, a posse de uma grande área de terra na fronteira do Brasil com a Bolívia.<sup>15</sup>

Em 1889 Buxaréu requer ao governo imperial a compra daquela área da qual tinha a posse. Seu requerimento entra em tramitação mas não é analisado pelo governo imperial e sim já pelo novo governo republicano, no poder desde 15 de novembro daquele ano. Quem analisa o

---

<sup>12</sup> Para uma discussão sobre a Lei de Terras de 1850 e seus efeitos ver. SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio. Os eleitos da lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

<sup>13</sup> BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891*. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999. P. 94.

<sup>14</sup> Texto completo da Lei de Terras de 1850 disponível em: <http://www.webhistoria.com.br/leide1850>. Acesso em 01 de março de 2003.

<sup>15</sup> APMT. "O Mato Grosso". Edição de 8 de setembro de 1895, Pp. 2,3. Microfilme.

pedido de Buxaréu é Francisco Glicério, ministro da agricultura do governo provisório. Glicério indefere o pedido de Buxaréu.<sup>16</sup>

Alguns anos depois, em 1895, Buxaréu volta à carga com novo requerimento, desta vez dirigido ao governo estadual. Seu pedido transita rapidamente e, em 1897, ele recebe um total de 208 títulos de posse, que lhe garante a propriedade com área total de cerca de oitocentos e sessenta e nove mil hectares de terras.<sup>17</sup> Com sobras, áreas alagadas (característica da região do Pantanal onde estavam localizadas as suas posses), Buxaréu estabelece o domínio sobre cerca de um milhão de hectares de terras contínuas, toda ela localizada na fronteira com a Bolívia. O seu estabelecimento, chamado Descalvados, vai se constituir em referência no estado de Mato Grosso durante a República Velha.

Jaime Cibilis Buxaréu é um personagem importante. Chegando em Mato Grosso em 1881, compra do argentino Rafael Del Sar a posse de Descalvados, composto então de simples áreas pastoris situadas na fronteira com a Bolívia e com um rebanho bovino ainda em formação.<sup>18</sup> Vai agregando novas áreas à antiga até chegar à conformação requerida ao governo imperial e, depois, ao governo estadual.

Dinâmico e bem relacionado no exterior e no Rio de Janeiro, Jaime Cibilis transforma Descalvados de uma simples área de pastagens em uma fábrica de extrato de carne, de produção de charque, de couro tratado e de outros produtos de origem bovina, que são exportados para a Europa. Dispondo de modernas máquinas, luz elétrica, fábrica de embalagens de folha-de-flandres e ligação fluvial com Corumbá, que era porto alfandegado, além de um rebanho de cerca de cem mil cabeças de gado bovino, Descalvados torna-se o maior estabelecimento industrial de Mato Grosso e o segundo maior contribuinte do tesouro estadual. Em contribuição ao erário público de Mato Grosso, Descalvados fica atrás apenas da Cia Mate Laranjeiras, que monopolizava a exportação de mate do estado e foi, na década de noventa do século XIX e começo do século XX, parte do patrimônio do Banco Rio e Mato Grosso, controlado por Joaquim Murinho.

Jaime Cibilis Buxaréu percebe logo a importância de ter bom relacionamento político. Durante o processo revolucionário que estourou em Mato Grosso em 1892, liderado a partir de Corumbá pelo coronel João da Silva Barbosa, Buxaréu se alinha com ele. Há forte suspeita de que Buxaréu fazia ligação entre os revolucionários e seus contatos no exterior e no Rio de

---

<sup>16</sup> APMT. 45- Códice de avisos recebidos dos ministérios do Interior, Negócios da Agricultura, Comércio, Estrangeiros, da Guerra, da Justiça, do Império e da Marinha. Ano de 1890.

<sup>17</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1896, Lata A.

<sup>18</sup> APMT. *O Matto-Grosso*. Edição de 8 de Setembro de 1895. P. 2,3. Seção de Notícias. Microfilme.

Janeiro. Joaquim Ponce Leal, talvez com exagero, credita a Buxaréu a condição de agente argentino.<sup>19</sup> Chama atenção o fato de que tanto Buxaréu como os futuros compradores de Descalvados, quando colocados diante de uma disputa política local e que descambava para lutas militares, seus contatos se colocaram ao lado da oposição ao governo constituído mas a empresa não se fechava em relação a estes, procurando sempre deixar claro sua colaboração com as autoridades constituídas. E em Mato Grosso, durante as duas primeiras décadas da República Velha, as lutas interorligarquicas tiveram um desenrolar constante.<sup>20</sup> Saber se posicionar nessas lutas era importante para alguém que tinha interesses econômicos tão grandes quanto Buxaréu.

Isso não impedia que durante os períodos de calmaria política Jaime Cibilis Buxaréu mantivesse boas relações com os governos locais. Foi assim em 1892. Após o término da revolta liderada pelo coronel Barbosa, Buxaréu procurou logo se aproximar de Manoel Murтинho, irmão de Joaquim Murтинho e então presidente do Estado, contra quem o coronel Barbosa havia dirigido a sua revolta. Manoel Murтинho, após retomar o controle da situação com a derrota do coronel Brabosa e em viagem pelo interior do estado, pernoita em Descalvados onde é recebido por Buxaréu.<sup>21</sup>

No começo dos anos noventa Jaime Cibilis Buxaréu procura vender Descalvados. Os motivos para que Buxaréu decidisse vender a sua propriedade ainda não estão claros. Inicialmente o estabelecimento é cogitado para ser comprado pelo Banco Mútuo, que tinha entre seus diretores Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva.<sup>22</sup> O negócio fracassou mas gerou uma disputa judicial por questões financeiras entre Orozimbo Muniz Barreto ( também diretor do banco) e Buxaréu, terminando com um acordo que pôs fim à demanda.<sup>23</sup>

No final de 1894, Jaime Cibilis Buxaréu viaja à Europa e fecha a venda de Descalvados para um consórcio belga sediado em Antuerpia, a *Compagnie des Produits Cibils, a Anvers*. O negócio é realizado em janeiro de 1895 e seus estatutos são registrados naquela cidade, sendo também publicado no periódico local *Moniteur Belge* e, alguns meses depois, na *Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso*. Decreto presidencial de 1895, assinado por Prudente de Moraes, autoriza a

---

<sup>19</sup> LEAL, Joaquim Ponce. *O Conflito Campo-Cidade no Brasil. Os homens e as armas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro, Rio Arte, 1988. Pp. 75-89.

<sup>20</sup> Ver a respeito. CARONE, Edgar. *A República Velha. II - Evolução política.(1889-1930)*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977. Pp. 79-80, 194-199.

<sup>21</sup> NUDHEO - UNEMAT. *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*. Sabbado, 3 de Novembro de 1894. P.2. Sessão "Excursão Presidencial". Microfilme.

<sup>22</sup> NUDHEO - UNEMAT. *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*. Edição de 12 de maio de 1891. Pp. 1-2. "Sessão official". Microfilme.

<sup>23</sup> NUDHEO - UNEMAT. Fundo Forum de Cáceres. Caixa 2, n. 13, P. 179.



empresa estrangeira a funcionar no Brasil.<sup>24</sup> A compra de Descalvados pelos belgas vai abrir o período mais nebuloso da presença estrangeira na fronteira oeste do Brasil pós- independência.

3- Como falamos, Descalvados se constituía de uma imensa área de terra contínua, situada na fronteira do Brasil com a Bolívia, na margem direita do Rio Paraguai. A área total, com cerca de um milhão de hectares, faz parte da região norte do Pantanal e passa parte do ano alagada pelas cheias do rio Paraguai. Temos ainda um elemento que caracteriza a região: não existe fenômeno natural importante separando as terras de Descalvados, pertencentes ao território brasileiro, e o território da Bolívia; as terras são contínuas. Chama atenção também o fato de que Jaime Cibils tinha terra do lado boliviano, contíguas às suas terras em território brasileiro, o que lhe permitia, sem sair de sua fazenda transitar de um lado a outro da fronteira.<sup>25</sup> Tudo isso foi transferido para a *Compagnie des Produits Cibils*, controlada pelos belgas.

Após tomar posse de Descalvados, os belgas procuram transformar aquele empreendimento em um consulado da Bélgica em Mato Grosso. Não conseguindo autorização do governo federal, terminam por fazê-lo um vice-consulado.<sup>26</sup> François Van Dionant, administrador de Descalvados, é indicado vice-cônsul naquela localidade.<sup>27</sup>

A situação política de Mato Grosso não se estabiliza. Em 1895 começa um processo de ruptura entre os irmãos Murtinho e o coronel Generoso Ponce, senador da República e organizador da contra-revolta que derrotou o coronel Barbosa em 1892. A ruptura se concentra inicialmente na sucessão de Antônio Corrêa da Costa e se estende para a questão da concessão da Cia. Mate Laranjeiras, agora propriedade do Banco Rio e Mato Grosso, controlado por Joaquim Murtinho. Os Murtinho queriam a aprovação da renovação da concessão dos hervaís, com o que o coronel Generoso Ponce não concordava. A ruptura foi o desfecho dessa divergência, que terminará em cerco militar de Cuiabá e derrota de Ponce, vencedor da disputa eleitoral na sucessão.<sup>28</sup> Ponce, sua família e correligionários acabariam por se exilar em Assunção no Paraguai, onde desenvolveu intensa campanha contra os Murtinho e seus seguidores em Mato Grosso.<sup>29</sup>

---

<sup>24</sup> Ibid. Anexo.

<sup>25</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1911, Lata E.

<sup>26</sup> STOLS, Eddy. "O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914)". In *Boletim de Estudios Latinoamericanos e del Caribe*. Amsterdam: Centro de Estudios y Documentacion Latinoamericanos (CEDLA), Numero 18, junio de 1975. P. 73.

<sup>27</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1898, Lata B.

<sup>28</sup> CARONE, Edgar. Ibid. Pp. 76-79.

<sup>29</sup> Generoso Ponce editou em Assunção no Paraguai, entre junho de 1902 e junho de 1903, o jornal "A Reacção", dedicado a discutir a situação política em Mato Grosso e, em particular, atacar Joaquim Murtinho e seus interesses em Mato Grosso.

Em 1899 os proprietários de Descalvados compram a fazenda São José, que pertencia ao coronel José Maria Metello. Além das terras, foi comprado todo o rebanho existente na fazenda. Com uma área de terras de cerca de quinhentas mil hectares, a fazenda São José se localizava entre os rios São Lourenço e Cuiabá, já próximo à desembocadura deste com o rio Paraguai.<sup>30</sup> Também localizada em uma área do Pantanal a fazenda São José estava bem próximo de parte sul de Descalvados. Formavam quase uma região contígua, principalmente se levarmos em conta que ambas as áreas se situavam em região alagadiça.

Com a compra da fazenda São José os belgas passam a ter em Mato Grosso cerca de um milhão e meio de hectares de terras e cerca de cento e cinquenta mil cabeças de gado, que são abatidas na fábrica de Descalvados e cujos produtos são exportados. Até esse momento eles estão concentrados na parte da fronteira mais ao sul; em seguida começam a entrar em outra região, também da fronteira.

Em 1901 os belgas proprietários de Descalvados iniciaram um movimento em direção ao norte do estado de Mato Grosso, sempre na região de fronteira. Procuram se estabelecer no vale do Guaporé, uma região rica em borracha e que começava a ser ocupada por exploradores, tanto do lado brasileiro como do lado boliviano. Os rios Guaporé, Mamoré e Madeira eram as vias naturais para o escoamento da produção de borracha extraída dessa região. No entanto, eles tinham uma característica econômica peculiar. Esses dois rios se localizavam em território brasileiro pertencente ao estado de Mato Grosso mas pertencentes à bacia Amazônica e estavam sob a influência dos centros comerciais da borracha localizados em Manaus e Belém. Essa característica não mudou o interesse dos belgas.

Nesse ano de 1901 os belgas proprietários de Descalvados compram do governo do Estado uma concessão para exploração de seringais na região do rio Guaporé. Essa concessão se localizava na região do rio São Miguel, a meio caminho entre Vila Bela e o Forte Príncipe da Beira. Além dessa concessão, comprada diretamente do governo, compram uma outra concessão, que pertencia a Antônio Jacinto Mendes Gonçalves. Esta segunda concessão estava localizada entre o Forte Príncipe da Beira e a vila de Guajará Mirim.<sup>31</sup>

Como salientamos, os rios Guaporé e Mamoré, pertencem à bacia Amazônica e sofriam toda a influência de Manaus e Belém, centros comerciais da borracha produzida naquela região. Essa característica não mudou o curso dos negócios dos belgas que preferiram realizar as suas operações de comercialização da borracha extraída do vale do Guaporé-Mamoré a partir de sua

---

<sup>30</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1900, Lata C.

<sup>31</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1903, Lata A

base em Descalvados. A borracha aí extraída seria exportada por Corumbá. Essa opção colocava, no entanto, um obstáculo entre a base de operações, Descalvados, e as concessões. Esse obstáculo era representado pelo trecho de terra entre a região norte de Descalvados, delimitada pelo rio Jaurú e o rio Guaporé, passível de ser navegável a partir de um ponto próximo a Vila Bela.

Esse obstáculo é a famosa transposição entre as bacias Amazônica e do Prata, objeto de muitas conjecturas, como abordamos anteriormente. Colocados diante desse obstáculo, que na verdade não permitia uma ligação entre as duas bacias, os belgas trataram de supera-lo da maneira mais prática possível.

Para isso os belgas solicitaram ao governo do Estado a compra de dois lotes de terras de cem hectares: o primeiro à margem esquerda do rio Guaporé, que vai servir de base nas ligações com os seus seringais daquele rio; o segundo à margem esquerda do rio Jaurú, afluente do rio Paraguai, num ponto a partir do qual seria possível atingir Descalvados por via navegável. A compra é efetivada.<sup>32</sup> Descalvados passa a ser o centro fornecedor de víveres para os seringais.

Mostrando estarem dispostos a ocupar plenamente as suas concessões na região do Guaporé-Mamoré, os belgas abrem uma estrada de cento e dez quilômetros entre os rios Jaurú e Guaporé e fazem transportar entre os dois rios, dois vapores que serão utilizados na exploração dos seringais. Essa operação, extremamente difícil para as condições da época, realizada em carros de boi, se assemelhou àquela retratada por Werner Herzog no filme *Fitzcarraldo*.<sup>33</sup>

Como observamos, os belgas proprietários de Descalvados procuram localizar suas propriedades na região oeste próximo à fronteira com a Bolívia. E nesse processo de compra de terras na fronteira oeste eles não estão sozinhos.

No mesmo período outros estrangeiros também começam a adquirir terras e concessões em Mato Grosso, na fronteira oeste, principalmente na região do Guaporé-Mamoré.

Em 1900 o francês Louis Olivier adquire uma concessão de Osório Philippot na margem esquerda do rio Jamari.<sup>34</sup> Logo em seguida esse mesmo cidadão francês, Louis Olivier, compra de Pedro Torquato e Evaristo Josetti uma outra concessão, só que desta vez na margem direita do rio Jamari.<sup>35</sup> Por essa concessão as terras de Louis Olivier são delimitadas a oeste pela

---

<sup>32</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1901. Lata A

<sup>33</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1903, Lata A

<sup>34</sup> NUDHEO - UNEMAT. *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*. Edição de 11 de março de 1902. P. 1-2. Sessão "Parte Oficial". Microfilme.

<sup>35</sup> NUDHEO - UNEMAT. *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*. Edição de 8 de abril de 1902. P. 1. Sessão "Parte Oficial". Microfilme. Sobre o filme *Fitzcarraldo* ver WERNER HERZOG FILM PRODUCTION AND ANCHOR BAY ENTERTAINMENT, INC. Disponível em <http://www.imagensjournal.com//issues08/review/fitzcarraldo>.

concessão do coronel José Sabo Alves de Oliveira e o rio Madeira, ao sul com a serra dos Parecis e ao norte pela divisa com o estado do Amazonas.

Essas concessões são confirmadas pelo governo do Estado em 1902. Para se ter uma idéia do tamanho da concessão destinada à extração de borracha, ela percorria um total de quatrocentos e cinquenta quilômetros do rio Jamari até a sua foz, com uma largura variável.<sup>36</sup> Ou seja, esse cidadão francês, Louis Olivier, praticamente tinha o controle dos rios Jamari e Machado, que deságuam no rio Madeira acima de Santo Antônio, ao lado da atual Porto Velho, na época uma vila onde o governo de Mato Grosso mantinha um posto fiscal, motivo de disputas com o governo do Amazonas pelos impostos cobrados sobre a borracha extraída na região.

Um outro cidadão estrangeiro, o suíço Conrad Andeer, recebe a concessão para extração de seringa e ervas na margem direita do rio Juruena, desde a sua cabeceira até a confluência com o rio Arinos, tendo como fundo o espigão divisor das águas dos dois rios.<sup>37</sup> Depois essa concessão parece ter sido cedida ao cônsul da Bélgica no Paraguai, Arnold Schoch. Essa concessão foi motivo de interferência da legação do Brasil no Paraguai, à época dirigida por Bernardo Itiberê da Cunha.<sup>38</sup>

Em 1894 o cidadão francês Eusébe Guibert de Blaymont recebe a concessão para a construção de uma estrada de rodagem entre a vila de Santo Antônio, no rio Madeira, e a cachoeira de Guajará Mirim no rio Mamoré. A concessão envolvia a possibilidade da concessão ser transformada em outra, para construção de estrada de ferro. Envolvia também a preferência para aquisição de terras devolutas às margens da rodovia.<sup>39</sup>

Um ano depois a concessão de Eusébe Guiber de Blaymont foi vendida para a empresa Mercado, Ballivian & Companhia.<sup>40</sup> Em seguida, dois outros contratos, assinados em dois dias seguidos, dão à Mercado, Ballivian & Companhia a concessão para a construção de uma ferrovia no mesmo traçado onde deveria ser construída uma estrada de terra bem como para estabelecer um serviço de navegação no rio Guaporé, entre a cachoeira do Guajará Mirim no rio Mamoré e a ponte do rio Guaporé, na estrada para São Luiz de Cáceres.<sup>41</sup> Por essas concessões, a empresa teria senão o controle, pelo menos forte influência na região dos rios Guaporé,

---

<sup>36</sup> Idem. Ibid

<sup>37</sup> APMT. LEGISLAÇÃO DE MATO GROSSO - 1897-1899. Maço "Resoluções de 1898", n. 201.

<sup>38</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1899, Lata B.

<sup>39</sup> APMT. 292. LIVRO DE LANÇAMENTO DOS TERMOS DE CONTRATOS DA PROVINCIA - Anos 1874-1907. Pp. 110v-111.

<sup>40</sup> Ibid. Pp.115-116v

<sup>41</sup> Ibid. Pp. 117-121.

Mamoré e Madeira. É importante destacar que em todas essas concessões a empresa recebe prioridade para a compra de terras devolutas nas margens dos rios ou das estradas a serem construídas.

Três anos depois de receber as concessões, Adolfo Ballivian, proprietário da empresa Mercado, Ballivian & Companhia, vende a concessão para um grupo de capitalistas belgas, denominado "Syndcat de la Banque Africaine".<sup>42</sup> Esse sindicato procurará então desenvolver ações no sentido de se assenhorar de sua concessões na fronteira oeste, mandando à região uma comissão para estudar as possibilidades do negócio.<sup>43</sup>

Aqui é importante destacar como todos esses negócios feitos com concessões do Estado de Mato Grosso, cujo objeto era atuar em uma região extremamente isolada, na fronteira, passasse despercebida pelo governo central. Ou, talvez, este não acreditasse na prosperidade dos planos que estavam embutidos nessas concessões, principalmente quando se tratava da construção de ferrovias, um empreendimento caro, que exigia uma mobilização muito grande de capital. Falaremos mais à frente dessa questão.

Outra concessão dada aos belgas foi aquela que resultou na *Compagnie de Caoutchoues du Matto-Grosso*. Com base na região de Barra do Bugres, também estava dedicada oficialmente à extração da seringa e era dirigida pelo belga Marcuse Parfomy.<sup>44</sup>

É importante destacar ainda a concessão para a exploração de minérios de ferro e manganês da região do morros de Urucum, Rabicho, Morro Grande e Tromba dos Macacos, em Corumbá, comprada pelos belgas em 1908 de Francisco Couto da Silva. Essa concessão foi objeto de alguns requerimentos dirigidos pelos belgas ao governos de Mato Grosso, solicitando a prorrogação de sua validade de trinta anos para noventa anos, com a justificativa de que esse era o tempo necessário para que o grande capital a ser investido na mineração fosse recuperado.<sup>45</sup> Esse pedido foi reforçado por pressões feitas pela legação belga no Rio de Janeiro diretamente ao Barão do Rio Branco, ministro das relações exteriores do Brasil, solicitando deste a intervenção no sentido de convencer o governo do estado de Mato Grosso a ampliar o prazo para a concessão.<sup>46</sup>

Essa concessão, como as demais, se localizam na região de fronteira. No caso dos morros com minérios, a concessão está localizada às margens do rio Paraguai, mais ao sul do estado.

---

<sup>42</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1898, Lata B

<sup>43</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1901, Lata B

<sup>44</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1901, Lata C

<sup>45</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1908, Lata B, Maço "Leis Sancionadas".

Se observarmos atentamente podemos perceber que as concessões não são grandes em termos numéricos mas o que chama atenção são fatores de outra natureza: o seu tamanho e, principalmente, a sua localização.

Começando por Descalvados, localizado em uma espécie de península no extremo oeste. Com seus um milhão de hectares já tinha uma área enorme. Se somarmos à área da fazenda São José, que tinha quinhentas mil hectares, chegaremos a um total de um milhão e meio de hectares. Isso somente na região do Pantanal, portanto na bacia do Prata..

No vale do Guaporé-Mamoré, do outro lado, temos as duas concessões dos proprietários de Descalvados, a imensa concessão de Louis Olivier, e a concessão do Syndicat de la Banc Africaine. Um pouco mais a leste, mas também próximo da fronteira, a concessão de Conrad Andeer, entre os rios Juruena e Arinos.

Se avançarmos para o norte, teremos uma sucessão de concessões que dão um colorido claramente estrangeiro ao mapa da região.

A partir da foz do rio Cuiabá, até a foz do rio Machado, já na fronteira com o Estado do Amazonas, a fronteira oeste do Brasil, na parte que pertencia o estado de Mato Grosso, tinha uma presença estrangeira, mais precisamente belga, que lhes dava virtualmente o controle sobre aquela região. Essa afirmação pode ser feita levando em consideração dois fatores:

Em primeiro lugar a presença do Estado naquela região era extremamente frágil, com apenas alguns postos de fronteira mais próximo à S. Luiz de Cáceres e Vila Bela. Na medida que avançava para o norte, ia desaparecendo a presença do Estado brasileiro. Em segundo lugar, porque o Estado de Mato Grosso não dispunha de meios para aumentar a sua presença na região, dependendo sempre das concessões para circular por ela. Nos contratos para a concessão de construção de rodovias, ferrovias ou para a exploração de vias navegáveis, havia sempre uma cláusula em que o Estado era beneficiado com passagens gratuitas para seus funcionários e corpos militares.

Somente no final do século XIX é que foi instalado um posto fiscal em Santo Antônio do Madeira, onde também passou a funcionar um posto policial. Esses dois estabelecimentos logo deram motivo a uma disputa com o Estado do Amazonas e que só foi resolvido com um acordo fiscal firmado em 1902.<sup>47</sup> Ainda assim prosseguiram as reclamações por parte dos concessionários extrativistas da região, dirigidas ao governo de Mato Grosso. Louis Olivier foi um dos concessionários que reclamaram da ação dos amazonenses, que, segundo ele, estavam

---

<sup>46</sup> APMT. Documentos Avulsos. Ano 1908, Lata C, Maço "Correspondência de outros estados".

vendendo terras por ele controladas na região dos rios Machado e Jamari e que pertenceriam ao estado de Mato Grosso.<sup>48</sup>

Essas reclamações dirigidas ao governo de Mato Grosso talvez fosse uma forma de escapar do pagamento de impostos sobre a borracha, certamente cobrados de forma mais eficiente pelo Estado do Amazonas, com maior presença na região, do que pelo Estado de Mato Grosso, com presença quase nula.

4- Relatada como esses estrangeiros ocuparam essa região da fronteira oeste do território brasileiro, localizado no Estado de Mato Grosso, é preciso observar o que se desenvolve em outras regiões do Brasil e, principalmente, o que se desenvolve próximo a Mato Grosso naquele período.

Começemos pelo Rio Grande do Sul, província convulsionada pela Revolução Federalista na primeira década republicana. Esse Estado, que desde o Império fora motivo de constante preocupações geopolíticas por parte do governo central, vai se encontrar novamente convulsionada por um movimento no interior do qual aparecia setores com interesses separatistas. Esse movimento, onde se misturavam republicanos e monarquistas, era acompanhado com atenção por oligarquias de outras regiões, inclusive pelos jornais de Mato Grosso, ligados às diferentes frações da oligarquia local.<sup>49</sup> É possível que o desenvolvimento desse movimento também tivesse o acompanhamento por parte dos estrangeiros que atuavam em Mato Grosso, principalmente porque lá também havia, durante o período, uma luta constante entre diferentes frações de sua oligarquia, luta essa que, algumas vezes avançaram para processos revolucionários abertos, inclusive com proclamações separatistas.<sup>50</sup>

Nesse período uma sucessão de revoltas e disputa interoligarquicas regionais, tentativas de golpe, o caso de Canudos, sacodem a vida política do país, criando uma situação de constante instabilidade em toda a primeira fase republicana, até a estabilização com a chamada política dos governadores.<sup>51</sup>

A esse elemento de análise, ligado às disputas internas, devemos ainda observar dois outros elementos, ligados à geopolítica internacional.

---

<sup>47</sup> NUDHEO. *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*. Edição de 26 de abril de 1902. Pp. 3-4. Sessão "Editaes". Microfilme.

<sup>48</sup> NUDHEO. *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*. Edição de 20 de Setembro de 1902. P. 1. Sessão "Parte Oficial". Microfilme.

<sup>49</sup> APMT. *Jornais Diversos. 1887-1899. OASIS*. Corumbá, 26 de abril de 1894. Pp. 1,2. Microfilme.

<sup>50</sup> O movimento liderado pelo coronel João da Silva Barbosa, em 1892, contra o governo de Manoel Murinho, chegou a proclamar um Estado independente, com o nome de "República Transatlântica de Mato Grosso", sendo em seguida desbaratado. A respeito ver LEAL, Joaquim Ponce. Op. cit. P.72.

O primeiro de ordem mais geral está ligado ao período que começa, a grosso modo, na década de 1880 e cuja característica é a busca pelo estabelecimento de colônias ou de protetorados por parte das principais nações européias, pelos Estados Unidos e pelo Japão. A expansão colonial é a tônica do período que vai pelo menos até a Primeira Guerra Mundial.

O segundo elemento está ligado à geopolítica regional e tem relação com a questão de fronteiras não demarcadas entre o Brasil e os seus vizinhos e que, no contexto internacional do período, abre francos importantes para a penetração de interesses estrangeiros. É dessa forma que passamos a discutir a questão do Acre e suas consequências na fronteira oeste.

Como sabemos, na última década do século XIX, a expansão da extração da borracha na Amazônia vai abrir um contencioso internacional grave entre o Brasil e a Bolívia, por conta da ocupação do território situado a nordeste daquela república, por seringueiros brasileiros. Essa ocupação vai gerar um processo de enfrentamento entre os seringueiros e o governo daquele país vizinho, assim que ficou claro que os extrativistas não aceitariam mais o controle boliviano sobre aquela região. Para os seringueiros ou a região se tornava parte do território brasileiro ou seria declarado independente, com a constituição de um outro Estado nacional.<sup>52</sup>

Como afirmamos acima, essa disputa teria os ingredientes para se constituir em grave contencioso entre o Brasil e a Bolívia por ser uma região de fronteira não demarcada e, principalmente, porque a geopolítica internacional do período terminaria por colocar a questão em outro patamar.

No processo de disputa pela região do Acre, o governo boliviano decidiu recorrer a um dispositivo comum no período inicial da colonização contemporânea: a *chartered company* (companhia de arrendamento). Essas companhias atuavam com o suporte governamental da potência colonial na parte de segurança externa, sem que esse governo aparecesse como estando diretamente envolvido na questão. Aliviava os problemas políticos e os investimentos e riscos financeiros. Por outro lado, a companhia executava tarefas que são típicas de Estado, como a de segurança interna e a cobrança de impostos. Em troca detinha o monopólio da exploração econômica.<sup>53</sup> O caso mais desenvolvido talvez fosse mesmo o Congo, com a instalação do

---

<sup>51</sup> CARONE, Edgar. *A República Velha. II - Evolução Política (1889-1930)*. 3ª ed. revista. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1977. Pp. 34-211.

<sup>52</sup> Para uma discussão geral sobre o assunto ver TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. 3ª ed. . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>53</sup> Sobre a questão ver WESSELING, Henk L.. *Dividir para Dominar. A Partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Editora Revan, 1998.



Estado Independente do Congo, controlado pelo rei belga Leopoldo II e que, sendo um empresa, exerceu todas as tarefas e prerrogativas de um Estado.<sup>54</sup>

A empresa que se constituiu para arrendar o Acre do governo boliviano, o *Bolivian Syndicate*, foi efetivada em Londres em 1901, a princípio por capitalistas ingleses e americanos. Seu lançamento colocou em alerta máximo o governo brasileiro pois, afinal, estavam se associando em uma empresa tipicamente colonial, para atuar na fronteira do Brasil, capitalistas de duas das maiores potências do período.

Entre 1901 e 1903 o Brasil realizou um grande esforço no sentido de resolver a questão do Acre e afastar o *Bolivian Syndicate* da região. A diplomacia brasileira liderada pelo Barão do Rio Branco chegou a uma solução diplomática com a Bolívia com a assinatura do tratado de Petrópolis; com os capitalistas americanos e britânicos foi feito um acerto financeiro.<sup>55</sup>

Enquanto o território do Acre estava em disputa, os jornais de Mato Grosso repercutiam a discussão entre a diplomacia brasileira e a boliviana. Repercutiam também as matérias dos jornais do Rio de Janeiro e de outras regiões, inclusive da Bolívia, alguns dos quais falavam até em invasão de Mato Grosso por parte das tropas do presidente Pando, em represália às ações dos brasileiros no Acre.<sup>56</sup>

O desenlace do arrendamento do território do Acre ao *Bolivian Syndicate* foi acompanhado pela imprensa de Mato Grosso, expressão do interesse que a questão despertava na oligarquia local. Mas certamente não foi somente essa oligarquia que tinha interesses na questão. Como chamou atenção Stols, o desfecho do caso do arrendamento era acompanhado pelos belgas, experientes no assunto por sua atuação na África e no Oriente.<sup>57</sup>

Um desfecho positivo no arrendamento do Acre ao *Bolivian Syndicate* abriria a possibilidade de uma ação semelhante ali próximo, no estado de Mato Grosso. Para isso seria preciso que fossem reunidas condições próprias. Uma atuação política na fronteira, já controlada parcialmente por estrangeiros, onde o Estado brasileiro era frágil, e onde riqueza em potencial advinda da exploração da borracha chamava a atenção de capitalistas, aventureiros e governos de todo o mundo, poderia abrir o caminho para uma ação mais decidida do sindicato.

---

<sup>54</sup> Para uma discussão sobre o controle do Congo por Leopoldo II ver HOCHSCHILD, Adam. *O Fantasma do Rei Leopoldo: Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

<sup>55</sup> TOCANTINS, Leandro. Op. cit. Pp. 187-210.

<sup>56</sup> NUDHEO-UNEMAT. *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*. Edição de 2 de setembro de 1902. P. 2, sessão "Actualidade". Microfilme.

Ibid. Edição de 18 de dezembro de 1902. P. 3, sessão "Gazetilha". Microfilme.

<sup>57</sup> STOLS, "Eddy. Les Belges au Mato Grosso et en Amazonie ou la Récidive de L'Aventure Congolaise (1895-1910)". In: DUMOULIN, Michel e STOLS, Eddy (Dir.) *La Belgique et L'Étranger aux XIXe. et XXe. Siècles*.

Outra possibilidade que não poderia ser descartada seria o prolongamento do território do próprio *Bolivian Syndicate* para a fronteira de Mato Grosso com a Bolívia. Não pode passar despercebido que um dos articuladores europeus para a formação do sindicato e pessoa de confiança do ministro boliviano em Londres, Dom Felix Avelino Aramayo, era Adolfo Ballivian, o mesmo que possuía concessões em Mato Grosso e negociava com os belgas.<sup>58</sup>

Podemos então seguir conjecturando sobre as possibilidades que a consolidação do *Bolivian Syndicate* no Acre poderia ter aberto. Seria uma longa discussão. Essas conjecturas não são despropositadas se observarmos a situação política internacional da época, como chamamos atenção anteriormente. Havia um quadro tal na geopolítica internacional que essas conjecturas poderiam tornar-se realidade, sem que assombrasse ninguém.

E a situação internacional do período também chama atenção para o cuidado e a firmeza com que a diplomacia brasileira agiu no caso do *Bolivian Syndicate*, resolvido positivamente para o Brasil. E o seu desfecho talvez tenha aberto uma situação nova ou seja, talvez tenha acabado por bloquear as possibilidades de uma ação estrangeira na fronteira oeste que pudesse se apoiar nos imensos territórios que os estrangeiros já possuíam naquela região.

É notável como os negócios dos estrangeiros na região oeste, relacionados à exploração de grandes áreas de terras, vão perdendo fôlego a partir daí, terminando pelo afastamento quase total dos belgas ou por esses negócios passarem a ter novos contornos, poucos anos depois.

Em 1908 o governo do estado de Mato Grosso declara caducos alguns contratos de arrendamento de seringais, entre os quais estão os de Louis Olivier e o de Alphonse Roche, o primeiro nos rios Jamari e Machado e o segundo no rio Juruena.<sup>59</sup>

Em 1910 os belgas vendem Descalvados e todas as suas propriedades que tinham aquele empreendimento como base. Permanecem apenas em Urucum, de onde também saíam alguns anos depois e se concentrariam nas atividades siderúrgicas em Minas Gerais.<sup>60</sup>

Além do fechamento das possibilidades que o *Bolivian Syndicate* poderia abrir, a borracha havia deixado de ser um negócio atrativo com o refluxo de sua exploração na Amazônia. No plano internacional, os problemas também aumentam: acaba o Estado

---

Université de Louvain. Recueil de Travaux d'Histoire et de Philologie. 6e. série, fascicule 33. Louvain-La-Neuve; Bruxelles: Collège Érasme, Éditions Nauwelaerts. 1987. Pp. 92-93.

<sup>58</sup> TOCANTINS, Leandro. Ibid., P. 23. STOLS, Eddy. Ibid. P. 92.

<sup>59</sup> APMT- 44 - *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. C. Presidente do Estado pelo Director da Repartição de Terras Minas, Colonização e Obras Publicas. 1909, com relação ao anno de 1908. Cuiabá - Mato-Grosso*. Pp. 2-3.

<sup>60</sup> STOLS, Eddy. "Présences belges et luxembourgeoise dans la modernisations et l'industrialisation du Brésil (1830-1940)". In PRINS, Bart De; STOLS, Eddy; VERBERCKMOES, Johan. (eds.) *Brasil Cultures and Economies of Four Continents. Cultures et Economies de Quatre Continents*. Acco Leuven/ Leusden: 2001. Pp. 140-164.

Independente do Congo, na África, com a transferência de seu controle do rei Leopoldo II para o Estado da Bélgica. E na Europa começam a se avolumar os problemas internos, que terminarão na Primeira Guerra Mundial e que fará da Bélgica um dos países mais atingidos.

No plano doméstico do Brasil, a década de 10 é marcada pela estabilidade política, o auge da política dos governadores e um certo fluxo de desenvolvimento econômico, com o país se inserindo cada vez mais na órbita política e econômica dos Estados Unidos. O próprio processo de industrialização que o Brasil enseja nesse período se dá com forte presença de empresas multinacionais, com crescente presença norte-americana.<sup>61</sup> O próprio comprador de Descalvados foi uma empresa americana, controlada por Percival Farquhar, que tinha outros investimentos em diferentes setores da economia do país, particularmente no setor de serviços.

Lembramos ainda que em 1904 começa a discussão efetiva para a construção de uma estrada de ferro que ligará Mato Grosso ao restante do país e que será concluída em 1914: a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Com a Noroeste, a ligação de Mato Grosso com o centro político e econômico do Brasil torna-se mais rápida. Também em 1912 é inaugurada a ferrovia Madeira-Mamoré, que, contornando as corredeiras e cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré, permitia a ligação da antiga zona dos rios Gauaporé e Mamoré, além da economia do noroeste da Bolívia, ao fluxo comercial da região amazônica. Independente do custo econômico e, principalmente, humano de sua construção e de sua utilidade após o fim do ciclo da borracha, a Madeira-Mamoré acabaria por ser um fator a mais de integração do oeste brasileiro ao conjunto da economia brasileira.<sup>62</sup>

Se somarmos então a Noroeste, cujo ponto final estava localizado em Porto Esperança, às margens do rio Paraguai, na parte sul da fronteira Oeste, com a Madeira-Mamoré, localizada na parte mais ao norte da fronteira oeste, veremos que aquela região estava agora mais segura, do ponto de vista da presença do Estado brasileiro e da possibilidade dessa região ser alcançada mais rapidamente.

A partir daí a fronteira oeste deixa de ser fonte de atração e cobiça territorial, entrando em um período de letargia de onde sairá somente com a expansão da fronteira agrícola do Brasil, já nas últimas décadas do século XX. A luta pela terra naquela região passará então a ter novos contornos e a se dar entre brasileiros, tendo como característica a extrema violência.

---

<sup>61</sup> CASTRO, Ana Célia. *As empresas Estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Pp. 97-124.

<sup>62</sup> Sobre a construção da ferrovia Madeira-Mamoré ver HARMAN: Francisco Foot. *Trem Fantasma: A Modernidade na Selva*. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

## ABREVIATURAS

APMT - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

NUDHEO - Núcleo de Documentação em História Escrita e Oral.

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso.

## BIBLIOGRAFIA

BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891*. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999.

CARONE, Edgar. *A República Velha. II - Evolução Política (1889-1930)*. 3ª ed. revista. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1977.

CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Ed.da UNB, Instituto de Relações Internacionais; São Paulo. Edições Imprensa Oficial de São Paulo. 2001.

CASTRO, Ana Célia. *As empresas Estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo. Hucitec; Campinas: Editora da UNICAMP: 1996.

DUMOULIN, Michel e STOLS, Eddy (Dir.) *La Belgique et L'Étranger aux XIXe. et XXe. Siècles*. Université de Louvain. Recueil de Travaux d'Histoire et de Philologie. 6e. série, fascicule 33. Louvain-La-Neuve; Bruxelles: Collège Érasme, Éditions Nauwelaerts. 1987

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889). Uma província na fronteira do Império*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2001. (Dissertação de Mestrado).

HARMAN: Francisco Foot. *Trem Fantasma: A Modernidade na Selva*. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

HOCHSCHILD, Adam. *O Fantasma do Rei Leopoldo: Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

HOLANDA. Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed.. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Monções*. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986

LEAL, Joaquim Ponce. *O Conflito Campo-Cidade no Brasil. Os homens e as armas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro, Rio Arte, 1988.

LENIN, V. I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa (1808-1912)*. São Paulo: Editora da UNESP; Moderna, 1997.

PRINS, Bart De; STOLS, Edy; VERBERCKMOES, Johan. (eds.) *Brasil Cultures and Economies of Four Continents. Cultures et Economies de Quatre Continents*. Acco Leuven/Leusden: 2001.

SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio. Os eleitos da lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

STOLS, Eddy. "O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914)". In *Boletín de Estudios Latinoamericanos e del Caribe*. Amsterdam: Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos (CEDLA), Número 18, junio de 1975.

WESSELING, Henk L.. *Dividir para Dominar. A Partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Editora Revan, 1998.

## **Resumo**

As duas primeiras décadas da República presenciaram um acelerado processo de ocupação de terras por estrangeiros no oeste do Brasil, próximo à fronteira com a Bolívia, no estado de Mato Grosso.

Este trabalho procura mostrar que, no quadro da geopolítica internacional do período e das condições de crise política e econômica vivida pelo Brasil nos primórdios da República, com repercussões inclusive em Mato Grosso, esse processo de ocupação territorial da fronteira oeste por estrangeiros, particularmente por belgas, tinha uma envergadura tal que ultrapassava os limites de uma simples ação econômica e se cobria de interesses comerciais tendo em vista abrir caminhos para uma ação política.

Por outro lado, procuramos recuperar alguns elementos históricos referentes à ocupação do oeste, particularmente durante o período colonial, destacando a atração representada pela idéia da transposição das bacias Amazônica e Platina e a construção mitológica da "Ilha Brasil", que atuarão como fatores de estímulo à presença estrangeira na fronteira oeste no início da República.

**Palavras-chave:** República - Brasil; Brasil - História - fronteira oeste - 1889-1914; Brasil - presença estrangeira; Brasil - ocupação territorial ; Mato Grosso - 1889-1914.